
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0003291-52.2011.2.00.0000**Requerente:** Luiz Gustavo Leão Ribeiro**Requerido:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF**Advogado(s):** RN002266 - Antenor Madrugá (REQUERENTE)

DECISÃO LIMINAR

1. Trata-se de PCA, com pedido de medida liminar, em que se requer a intervenção incidental deste Conselho Nacional de Justiça no sentido de corrigir suposta irregularidade ocorrida durante a tramitação de processo administrativo disciplinar instaurado contra o requerente pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O requerente aduz, em breve síntese, que é registrador imobiliário do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal e contra si foi instaurado processo administrativo disciplinar com o escopo de apurar três fatos distintos, a saber:

- "1 - Emissão de Certificado de Capacidade Técnica falso, em favor da empresa FDL - Serviços de Registros, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda., por serviços de digitalização de documentos prestados ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, visto que tais atos teriam sido prestados, na verdade, pela empresa Arqdigital, e em quantitativo inferior ao declarado pelo investigado, de acordo com a documentação acostada ao Processo nº 2007.01.1.001340-5, com trâmite na 1ª Vara Criminal de Brasília, cuja cópia foi juntada ao presente Processo Administrativo Disciplinar;
- 2 - Permanência, como sócio de fato, da empresa FDL - Serviços de Registros, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda., após ter declarado, à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que havia se retirado da referida sociedade, em janeiro de 2005, conforme depoimentos constantes no Processo nº 2007.01.1.001340-5, com trâmite na 1ª Vara Criminal de Brasília;
- 3 - Fazer aporte e retirada de recursos, contratar programas de informática e pessoal, bem como praticar atos gerenciais, por interposta pessoa (a empresa FDL - Serviços de Registros, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda.), com o escopo de participar das licitações ocorridas nos Departamentos de Trânsito dos estados de Alagoas e Piauí, as quais, segundo Denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, no âmbito do Processo nº 2007.01.1.001340-5, com trâmite perante a 1ª Vara Criminal de Brasília, têm indícios de fraude;"

No que tange às imputações dos itens 2 e 3, o requerente informa que os inquéritos policiais instaurados para sua apuração foram arquivados. Relata, também, o oferecimento de denúncia pela suposta prática de crime de falsidade ideológica, mas que, após a instrução criminal, o próprio órgão acusador reconheceu a improcedência do pedido condenatório e pleiteou a absolvição do ora requerente.

Não obstante o resultado aferido na esfera criminal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entendeu por bem aplicar ao requerente a penalidade de "perda de delegação", por ocasião do julgamento do processo administrativo disciplinar contra si instaurado naquela Corte.

Neste procedimento, o requerente manifesta-se, tão-somente, pela nulidade da decisão prolatada pelo Conselho Especial do Tribunal requerido, uma vez que não atendeu ao quórum mínimo exigido pela Constituição Federal (art. 93, inciso X), bem como reforçado no Enunciado nº 2 do Conselho Nacional de Justiça.

O requerente alega que a composição do Conselho Especial é prevista no art. 297 do Regimento Interno do TJDF como sendo de dezessete desembargadores. Contudo, a decisão que lhe aplicou a pena administrativa máxima de "perda de delegação" teria contado com apenas sete votos, quando o quórum mínimo seria de nove desembargadores.

Quanto à necessidade de concessão da tutela de urgência, o requerente esclarece, *in verbis*:

"III. DO PERICULUM IN MORA

15. Nos termos da certidão anexa, o Processo Administrativo Disciplinar teve seu julgamento finalizado, e está aguardando a revisão das notas taquigráficas para publicação do respectivo acórdão.

16. De acordo com a equivocada proclamação do resultado, que não correspondente à votação auferida, uma vez publicado o acórdão, o Autor estará automaticamente e imediatamente afastado de suas funções à frente do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, com a cassação de sua delegação conquistada por concurso público.

17. Por outro lado, destaca-se que os fatos que ensejaram a abertura do Processo Administrativo Disciplinar (Portaria anexa) não dizem respeito à atividade fim do Registrador. Em outras palavras, não se

investiga nenhum ato próprio de registro que teria sido praticado pelo Autor.

18. Por esta razão, entendeu a Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e Territórios não existir motivo a justificar o afastamento cautelar do Registrador no curso do processo, como previsto no artigo 35, § 1º, da Lei nº 8.935/94. Mesmo após o julgamento, considerou a ilustre Corregedoria da Justiça não existir motivo para o afastamento do Autor até o "trânsito em julgado" do acórdão.

19. Cumpre destacar que não cabe recurso administrativo da decisão proferida no âmbito do Conselho Especial do TJDF, que é a esfera máxima administrativa, por delegação do Tribunal Pleno.

20. Desta forma, observa-se que a não concessão da medida cautelar que ora se requer poderá causar graves danos e prejuízos ao Autor, com seu imediato afastamento das atividades do cartório, configurando evidente *periculum in mora*.

21. De outra parte, nenhum risco ou prejuízo adviria da concessão da medida acautelatória, uma vez que a própria Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e Territórios reconhece não existir motivos para fundamentar o afastamento do Autor senão após a publicação da decisão final administrativa, cuja proclamação está evidentemente equivocada".

Junta a documentação comprobatória do alegado, pleiteando pela suspensão da publicação, e respectiva produção de efeitos, da decisão proferida pelo Conselho Especial do TJDF e, no mérito, seja declarado monocraticamente, ou pelo Plenário do CNJ, a correta proclamação do resultado das votações, que seria pela rejeição das imputações que lhe foram atribuídas, uma vez que o quórum mínimo não foi alcançado.

2. O presente é caso de liminar.

A concessão de pleito de urgência exige, como fundamentos principais, a existência da fumaça do bom direito e o risco de perecimento do bem a ser tutelado, caso se aguarde a análise apurada e efetiva da questão meritória. Secundariamente, é necessário, ainda, ter-se em vista a possibilidade de reversão da cautela requerida, caso, ao final, o pedido seja julgado improcedente, bem como na inexistência de onerosidade excessiva para a Administração Pública, decorrente do deferimento da tutela emergencial.

O pedido do requerente para que se determine a suspensão da publicação do acórdão e se impeça, consequentemente, a produção de seus efeitos, em razão da não observância do quórum mínimo do órgão especial para aplicação da reprimenda, encontra guarida em precedentes desta Corte Administrativa, conforme se observa no seguinte precedente:

"PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E AFASTAMENTO PREVENTIVO DE MAGISTRADO POR NOVENTA DIAS. INOBSERVÂNCIA DO QUORUM ESPECIAL NA PARTE DA DECISÃO QUE DETERMINOU O AFASTAMENTO. NULIDADE.

1. A jurisprudência deste Conselho é no sentido de que não pode interferir na condução de procedimentos disciplinares instaurados perante os Tribunais, salvo quando presentes vícios insanáveis.
2. O art. o art. 93, em seu inciso X, da Constituição Federal prevê que "as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros".
3. O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas é integrado por 15 (quinze) desembargadores, razão pela qual é nulo de pleno direito a parte da decisão que determinou o afastamento do requerente pelo prazo de 90 (noventa) dias, porquanto foi tomada por maioria simples de 6 (seis) votos e não 8(oito) votos dos integrantes do Pleno.
4. Este Conselho possui entendimento firmado no sentido de que tanto para a instauração de processo administrativo disciplinar como para determinar o afastamento liminar de magistrado de suas funções, deve haver submissão ao quorum formado pelo voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal ou de seu Pleno.
5. A apreciação da existência de outras ilegalidades/impropriedades apontadas pelo requerente não pode ser feita nesta oportunidade, seja em razão de não se visualizar de plano ilegalidade manifesta, seja por requerer aprofundada análise dos fatos atribuídos ao magistrado.
6. Pedido parcialmente procedente para declarar-se a nulidade do julgamento proferido no Processo DPD/CGJ n. 00796-6.2010.002, na parte específica em que determinou o afastamento do magistrado de suas funções jurisdicionais pelo prazo de 90 (noventa) dias". (CNJ - PCA 0006064-07.2010.2.00.0000 - Rel. Cons. Leomar Amorim)

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios dispõe:

"Art. 297. O Conselho Especial, no exercício das funções administrativas, é constituído pelos seus dezessete desembargadores e presidido pelo Presidente do Tribunal".

A Certidão emitida pela secretaria do órgão especial administrativo do TJDF registra a votação de sete desembargadores a acompanhar a decisão do relator pela perda da delegação do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, aplicada ao requerente, resultando em oito votos.

Por sua vez, o inciso X do art. 93 da Constituição Federal estabelece a necessidade de atendimento ao quórum mínimo de maioria absoluta dos membros do órgão julgador, quando se tratar de decisões administrativas.

Seguindo a orientação constitucional, este Conselho Nacional de Justiça editou o Enunciado nº 2 no sentido de pacificar o entendimento quanto à necessidade de observância da maioria absoluta, também, pelos Órgãos Especiais eventualmente constituídos pelos Tribunais pátrios, no julgamento de processos administrativos disciplinares.

Nesse sentido, num exame preliminar, entendo estar preenchido o requisito de legalidade aparente do pedido, sendo que a urgência é necessária na medida em que o Regimento Interno do Tribunal requerido não prevê a possibilidade de interposição de recurso das decisões proferidas pelo Plenário do Conselho Especial. Assim, a publicação do ato ora impugnado irá implicar, imediatamente, no afastamento do requerente do ofício registral imobiliário, o que trará efeitos negativos de toda sorte para sua esfera moral e patrimonial. Tais efeitos, no entanto, somente são admissíveis no caso de certeza quanto à integridade da decisão, o que não se observa no presente.

No que respeita à reversibilidade da decisão, ressalto que a concessão da liminar requerida apenas prorroga, provisoriamente, possível cumprimento da decisão do Tribunal, sem qualquer prejuízo imediato para a administração. No mesmo sentido, a Corregedoria de Justiça do TJDF manifestou-se quanto à desnecessidade de afastamento do requerente de suas funções, enquanto não transitar em julgado a decisão, uma vez que os fatos apurados não estão relacionados, diretamente, com as atribuições do requerente frente ao 1º Ofício de Registro de Imóveis do DF. Ou seja, a atividade registral exercida pelo requerente não está imediatamente comprometida com sua permanência.

3. Diante do exposto, **DEFIRO** o pedido de medida liminar e DETERMINO:

- a) a expedição de Ofício, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios dando conhecimento da presente decisão, a fim de que se abstenha de publicar o resultado do julgamento proferido na oportunidade da 7ª Sessão Extraordinária do Conselho Especial (administrativo), realizado em 7 de junho do corrente ano, o qual aplicou ao requerente a penalidade de "perda de delegação", nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 14.830/2008, o qual terá seus efeitos suspensos até final decisão deste procedimento;
- b) a intimação do requerido para que apresente informações sobre as alegações trazidas no bojo do pedido inicial, no prazo de 15 (quinze) dias;
- c) seja incluído o presente feito na próxima Sessão Ordinária deste Conselho Nacional de Justiça, observando-se o disposto no art. 25, inciso XI, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

À Secretaria Processual para providências.

Brasília, 21 de junho de 2011

MARCELO NEVES
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MARCELO NEVES em 21 de Junho de 2011 às 19:16:02

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
fb2880263ff24482a4ddca27aaf58450



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **556522**



1106211916030000000000555814